

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

Projeto de Lei nº 2.000/2025

Em 10 de Março de 2025.

Altera a Lei Municipal nº 1.859/2023, de 26 de abril de 2023 que dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos Municipais e dá outras Providências.

Art. 1º Fica alterado o art. 3º da Lei Municipal nº 1.859/2023, de 26 de abril de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O valor do Auxílio Alimentação será de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais e sua concessão fica condicionada à participação dos servidores, mediante desconto em folha de pagamento, devidamente autorizada pelo servidor, no percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do respectivo custo.

Parágrafo único. O valor do auxílio alimentação será disponibilizado aos servidores mensalmente, com base nos dias efetivamente trabalhados no período de competência, observado o disposto no art. 5° desta lei." (NR)

Art. 2° As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias do orcamento.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa Bonita do Sul, em 10 de março de 2025.

Luiz Francisco Fagundes, Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA: Senhores Vereadores.

Encaminhamos aos Senhores Vereadores Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos municipais, com o referido Projeto estamos alterando o valor do benefício do vale alimentação, passando este a ser de **R\$ 550,00.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL

O aumento real do valor do vale-alimentação visa diminuir as diferenças entre o benefício e o custo despendido pelos servidores municipais com alimentação. Além disso, é uma forma de demonstrar a importância e o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos servidores municipais.

Do mesmo modo, tendo em vista a data base para cálculo de concessão do vale alimentação, fica também assegurado o efeito retroativo à 20 de fevereiro de 2025.

Encaminhamos, em anexo, o estudo de impacto orçamentário o qual demonstra capacidade de pagamento deste benefício.

Contando com a aprovação do referido Projeto, em regime de urgência, desde já agradecemos.

Cordialmente,

Luiz Francisco Fagundes, Prefeito Municipal